

[NOTÍCIAS](#)

Cientistas desmontam “falsas controvérsias” de guru ambiental de Bolsonaro

Doze dos principais cientistas ambientais do país acusam Miranda de usar credenciais da Embrapa para disseminar desinformação

[FAKEBOOK.ECO](#)

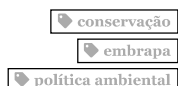
· 26 de janeiro de 2022



Artigo publicado na revista [Biological Conservation](#) desmente teses de Evaristo de Miranda. Acima, Evaristo de Miranda (E), Jair Bolsonaro e o então ministro da Secretaria de Governo, Santos Cruz. Foto: Alan Santos / PR

Publicado originalmente por [Fakebook.eco](#)

[FAKEBOOK.eco](#)



Um artigo assinado por doze cientistas brasileiros, que será publicado na revista especializada [Biological Conservation](#), desmonta “falsas controvérsias” produzidas por um grupo de pesquisadores liderado pelo engenheiro agrônomo Evaristo de Miranda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Apontado como “[guru ambiental](#)” de Bolsonaro, Miranda liderou a equipe de transição do Ministério do Meio Ambiente entre os governos Temer e Bolsonaro, que maquinou o desmonte da pasta entregue a Ricardo Salles.

“Por três décadas, Miranda e seu grupo se opuseram sistematicamente ao consenso científico para contribuir com os movimentos políticos que visam adiar a ação ou desmantelar as principais políticas de conservação”, aponta o estudo.

Os autores destrincharam as táticas de desinformação usadas pelo “pequeno grupo de negacionistas”, que resultaram em “impactos graves para as políticas de conservação, principalmente relacionadas ao desmatamento e às mudanças climáticas”.

São elas: 1) produção deliberada de dúvidas sobre a ciência consensual com o objetivo de atrasar, impedir ou distorcer a implementação de políticas; 2) produção de versões alternativas de fatos e dados científicos em detrimento de evidência esmagadora em direção contrária; 3) uso da autoridade científica adquirida por meio da formação ou trabalho em instituições reconhecidas para promover falsas controvérsias; e 4) desconsideração da literatura científica: quando formuladores de falsas controvérsias ignoram os consensos científicos e passam a endereçar seus argumentos para políticos e o público com o objetivo de passar a impressão de que ainda há controvérsias científicas genuínas sobre o tema.

Miranda foi o responsável pela “contabilidade criativa” de várias “teses” usadas pelo governo para divulgar informações falsas sobre a questão ambiental. Entre elas, a de que o Brasil seria o [país que mais preserva o meio ambiente no mundo](#), repetida pelo menos 29 vezes por Bolsonaro desde o início de seu mandato, segundo a [agência Aos Fatos](#). Outra [mentira](#) é a de que o agronegócio nacional estaria impedido de crescer em razão do suposto excesso de áreas protegidas criadas no país desde o fim da ditadura militar.

A influência do engenheiro agrônomo no governo federal vem desde a gestão de José Sarney. Mas o estudo aponta que o auge de menções ao nome de Miranda nos sites do Congresso Nacional ocorreu em 2009, durante o governo Lula.

A denúncia contra Miranda e seus métodos, coordenada por Raoni Rajão (UFMG), é assinada por pesquisadores que estão entre os mais influentes do país na área ambiental, como os irmãos Carlos e Antonio Nobre (Inpe), Mercedes Bustamante (UnB), Gerd Sparovek (USP) e Britaldo Soares-Filho, também da UFMG.

Eles detalham impactos em pelo menos cinco temas:

CÓDIGO FLORESTAL

Falsa controvérsia: aplicação plena do Código Florestal de 1965 inviabilizaria produção na maior parte do país.

- Apenas 29% da área do país estaria disponível para uso agrícola em um cenário flexível;
- Agropecuária na Amazônia e Pantanal seria considerada ilegal em um cenário rígido.

Resultado:

- Aprovação do novo Código Florestal, em 2012, anistiou 58% do desmatamento ilegal pré-2008 e promoveu a volta do crescimento do desmatamento.

Fatos científicos:

- A área total de restrição do CF não impactaria significativamente a produção (Skorupa, 2003; Aquino and Oliveira, 2006; Soares-Filho et al., 2014; Sparovek et al., 2011; ABC, 2010).

- Desmatamento na Amazônia altera regimes de chuvas e impacta negativamente a produção agropecuária (Spera et al. 2020; Leite-Filho et al. 2021).

*

MULTAS AMBIENTAIS

Falsa controvérsia: multas ambientais são arbitrariamente aplicadas

- Autuações seriam feitas remotamente, sem verificação em campo ou checagem de autorização junto ao produtor.

Resultado:

- Redução drástica do número de autuações por crimes ambientais ligados ao desmatamento durante o governo Bolsonaro (Vale et al. 2021).

Fatos científicos:

- Multas e embargos contribuíram para redução drástica do desmatamento entre 2005 e 2007 (Nepstad et al. 2014);
- A tecnologia de monitoramento remoto é usada, mas ações em campo têm papel central e são altamente eficazes para redução do desmatamento (Börner et al., 2014, 2015; Sousa 2016; Assunção and Rocha, 2019; Saraiva et al. 2020).

*

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Falsa controvérsia: demandas por demarcações e conservação excederiam o tamanho do território nacional

- O problema da falta de terra para agropecuária seria fruto das demandas ambientais, indígenas, quilombolas e de reforma agrária.

Resultados:

- Redução das demarcações e da criação de UCs a partir de 2010 e paralisação desde 2018;
- Propostas de mega infraestruturas e de liberação de mineração em áreas protegidas;
- Crescimento do desmatamento e de ataques violentos às terras indígenas e suas populações.

Fatos científicos:

- TIs estão entre as principais barreiras contra o desmatamento da Amazônia (Nepstad et al., 2006);
- A garantia do direito coletivo de propriedade aos povos indígenas diminui índices de desmatamento em seus territórios (Baragwanath e Bayi, 2020);
- Demarcação de TI reduz tanto emissões de carbono quanto desmatamento (Blackman e Veit, 2018).
- TIs suficientemente grandes são essenciais ao seu uso sustentável (Begotti e Peres, 2020);
- Densidade populacional de indígenas dentro das TIs demonstra uso efetivo do território (Begotti e Peres, 2020).

*

QUEIMA DA CANA EM SÃO PAULO

Falsa controvérsia: queima da cana seria benéfica ao meio ambiente e não haveria indícios de danos à saúde causados pela fumaça.

Resultado:

- Ação do MPSP para parar a queima da cana foi negada em juízo no início dos anos 1990;
- Apenas em 2016 o Estado de São Paulo proibiu a queima da cana.

Fatos científicos:

- Fumaça da queima da cana aumenta hospitalização de crianças e idosos;
- Queima reduz a fertilidade do solo e causa erosão (Kirchhoff et al., 1991; Boeniger et al., 1991; Newman, 1986; Rothschild and Mulvey, 1982; Alessi and Navarro, 1997; Delgado, 1985; Urquiaga et al., 1991).

*

INCÊNDIOS

Falsa controvérsia: A maioria dos focos registrados em julho de 2021 na América do Sul foi de queimadas em sistemas de produção pouco tecnificados.

- Não foram incêndios criminosos, mas queimadas usadas como tecnologia agrícola.
- A fiscalização e a sanção não são a solução.

Resultados:

- Desmantelamento das políticas de controle do desmatamento e do fogo;
- “Guerra narrativa”: ciências ambientais retratadas como entrave ao desenvolvimento.

Fatos científicos:

- Em julho de 2021, apenas 39% dos focos de incêndio estavam em áreas de uso agrícola consolidadas; 48% foram registrados em áreas desmatadas após 2017 (INPE, 2021).

*

Os cientistas terminam o artigo com recomendações sobre como criar antídotos para o negacionismo. Eles reconhecem que a comunidade científica “não está bem-preparada” para lidar com estratégias como a de Miranda e que precisa fazer um esforço maior para se comunicar com a sociedade.

“O entendimento público da ciência poderia potencialmente evitar que se tomasse como fato controvérsias científicas falsas colocadas por grupos de interesse às expensas do bem da sociedade, do desenvolvimento sustentável e da conservação ambiental”, escrevem Rajão e colegas.

Evaristo de Miranda é um freguês antigo do *Fakebook.eco*. Em mais de uma ocasião este site examinou algumas de suas teses, como a de que a [proteção ambiental tira espaço do agronegócio](#), a de que o [boi é o “bombeiro do Pantanal”](#) e a de que em [2021 não houve incêndios florestais](#), apenas queimas agrícolas.

Miranda e a Embrapa Territorial – unidade que ele criou em 1989 e que chefiou nos últimos seis anos, até o início deste mês – foram procurados para comentar o novo estudo, mas responderam em nota conjunta que “não se pronunciarão a respeito do assunto”.